



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB  
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS  
Curso: Relações Internacionais

Desenhos animados e suas representações de gênero:  
globalizando a tolerância e igualdade de gênero

Brasília 2018

BRENO RIBEIRO CUSTÓDIO DE CARVALHO

Desenhos animados e suas representações de gênero:  
globalizando a tolerância e igualdade gênero

Monografia apresentada ao Centro  
Universitário de Brasília, como pré-requisito  
para a conclusão do Curso Bacharelado em  
Relações Internacionais realizado sob  
orientação da professora Aline Sapiezinskas.

Brasília 2017

*Primeiramente dedico essa monografia a mim.  
Segundo agradeço as pessoas que me inspiraram,  
ajudaram e moldaram minha personalidade Filipe  
Perazzo, Kei e Sam Nekros. Por último um  
agradecimento especial para meu irmão, mãe e  
orientadora Aline que tem me ajudado em tudo.*



**Live by your heart  
(Manowar - Heart of Steel)**

**BRENO RIBEIRO CUSTÓDIO DE CARVALHO**

**Desenhos animados e suas representações de gênero:  
globalizando a tolerância e igualdade de gênero**

Monografia apresentado ao Centro  
Universitário de Brasília, como pré-  
requisito para a conclusão do Curso  
Bacharelado em Relações Internacionais  
realizado sob a orientação da professora  
Aline Sapienzinskas

Taguatinga, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**Banca Examinadora**

---

Prof. Raphael Spode

## **Resumo**

Este estudo trata sobre os desenhos animados como ferramenta de comunicação de valores nas relações internacionais. Tendo em foco as nações com a maior propagação de animações pelo globo, neste caso os Estados Unidos da América, com a produtora Disney devido a sua capacidade de alcançar diversas nações, e Japão com os animes japoneses que são um grande sucesso entre os jovens. No trabalho se questiona o papel do Estado como agente para decidir a cultura de sua população, tendo a consciência de um mundo cada vez mais globalizado e com culturas mais fluidas, o quão o Estado tem legitimidade para interferir no que os indivíduos consomem de produtos culturais, e como essa interferência pode representar uma política de repressão e abusos as minorias de gênero. A questão em análise são as representações de gênero contidas nos desenhos animados, questionando-se em que medida refletem e dialogam com as questões políticas conforme são formuladas no movimento feminista de alcance internacional.

Palavras chaves: Animação. feminismo. gênero. globalização

## **Abstract**

This study draws on the drawing programs for networks of international communications networks. Having in mind the nations with a greater spread of animations by the globe, in this case the United States of America, with a production of Disney due to its ability of various industries, and Japan with the Japanese who are a big hit among young people. In the case of questioning the role of government, the culture and culture of its nature, the right to legitimize the interference of individuals in the development of cultural products and how this interference may represent a policy of repression and abuses as gender minorities. The issue under analysis is how gender representations contained in cartoons, questioning them at what points reflect and dialoguing with the political issues that are formulated in the international feminist movement.

Key-words: Animation. feminism. genre. globalization.

# SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo 1 - Animação como arte e fonte de análise nas relações internacionais	10
1.1 - <i>O que é Arte e qual é sua função</i>	10
1.2 - <i>A animação e sua origem</i>	11
1.3 - <i>Cultura e o Estado</i>	13
Capítulo 2 - Disney e seu histórico de representação da mulher nas animações	19
Capítulo 3 - Redes e controle cultural	37
3.1 - <i>Novas formas de interagir no mundo globalizado</i>	37
3.2 - <i>Liberdade de consumo cultural. Censura como arma do controle do Estado</i>	40
Conclusão	50
Referências	51

## Introdução

As animações assim como livros, teatro e música servem de instrumento de propagação ideológica e de conteúdos culturais, entretanto a animação apresenta uma propagação maior, pois está presente em diversas plataformas como cinema, televisão e internet. Desta forma serve de ferramenta para discutir os valores subjetivos e mutáveis da sociedade.

Este trabalho apresenta à problemática se os desenhos animados podem ou não influenciar os indivíduos das mais diversas culturas, na construção de valores mais tolerantes na questão de gênero. Entre as animações escolhidas estão aquelas que tiveram maior sucesso de público ao redor do mundo em diferentes épocas. O objetivo é analisar as representações de gênero primeiramente ao longo da história, focando nas animações de Frozen, Cinderela e Mulan para as questões relacionadas a mulher, e para as causas LGBT o desenho animado Sailor Moon. A análise vai se dar ao longo de todo o trabalho. A escolha dessas animações em específico, foi decidida devido a percepção de diferentes formas de retratar minorias de gênero, e entre essas animações se encontra um contraste, a qual revela desde a reprodução de estruturas de dominação até a mudança dessas estruturas.

Então desta forma a mudança da forma de representar os grupos minoritários de gênero, somado com a globalização ampliou a atuação desses grupos. Anteriormente qualquer mudança nas estruturas de poder não apresentava necessariamente mudança nas relações internacionais ou indivíduos fora da realidade que sofreu mudança. Entretanto com o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e transporte, isso permitiu uma maior interação entre os povos, agora a influência cultural externa se torna constante, criando choques culturais, a qual pode redefinir as estruturas de poder de uma região.

Dentro do campo teórico as conclusões sempre estiveram divididas em duas perspectivas, a aquela que defende que a cultura de massa importada não apresenta nenhuma interferência ou muito pouca na cultura local, e aqueles que afirmam que as grandes mídias ou produções em larga escala de música, filmes e outras expressões artísticas têm papel muito importante na visão sobre outro e do mundo externo.

E em um mundo onde os Estados tomaram o monopólio para decidir quais práticas culturais são inerentes de cada população ou não, faz-se necessário esta



pesquisa. Pois estas práticas apresentam grandes diversidades de acordo com o tempo vivido. Por isso os Estados acabam insensíveis à diversidade democrática e criando barreiras a construção de uma sociedade com “identidades partilhadas” (HALL, 2002, online), conceito de Hall Stuart. Para ele, com a difusão do consumismo somos confrontados constantemente com realidades diferentes dentro abre a oportunidade de escolha. Quanto maior a exposição da nação a influências externas maior é a dificuldade de manter a identidade cultural intacta (HALL, 2002, online).

Desta forma espera-se compreender melhor como os desenhos podem ser usados de ferramenta para reproduzir valores culturais e influenciar o indivíduo nas questões de gênero. Além disso o trabalho também procura entender o papel do Estado ao se deparar com esses valores culturais, como ele reage a estruturas de poder interferindo no comportamento e valores de seu povo.

## Capítulo 1

### Animação como arte e fonte de análise nas relações internacionais

#### 1.1 O que é Arte e qual é sua função ?

Primeiramente porquê dos seres humanos produzirem arte ? Para Fischer (2002, p.12) o homem busca além do que ele é. O ser humano está em busca da “plenitude”. Essa plenitude é a procura do indivíduo por um mundo mais justo, compreensível e com significado. Além desta função Fischer atribuir muitas funções a arte, para ela a arte não tem uma função única. A finalidade da arte muda com o tempo e de acordo com a sociedade.

De acordo com Fischer (2002, p. 17) “toda arte é condicionada pelo seu tempo e representa a humanidade em consonância com as idéias e aspirações, as necessidades e as esperanças de uma situação histórica particular” Contudo a arte é capaz de superar essas limitações dentro dos períodos históricos, possibilitando o desenvolvimento da humanidade. Um desenvolvimento moral, que contribui para a formação de uma consciência moral humana universal (FISCHER. 2002, p. 17-18).

Podemos concluir que, com evidência cada vez maior, a arte em sua origem foi *magia*, foi um auxílio mágico à dominação de um mundo real inexplorado. A religião, a ciência e a arte eram combinadas, fundidas, em uma forma primitiva de magia, na qual existiam em estado latente, em germe. Esse papel mágico da arte foi progressivamente cedendo lugar ao papel da clarificação das relações pessoais, ao papel de iluminação dos homens em sociedade que se tornavam opacas, ao papel de ajudar o homem a reconhecer e transformar a realidade social. FISCHER (2002, P. 19)

Em um sistema anteriormente rígido, onde a arte estava totalmente fundida com os valores morais e religiosos não havia espaço para outros tipos de representações. Pois a negação ou desvirtuação desse caminho representava um atentado à moralidade. A arte está sempre em mudança e é resultado do desenvolvimento das técnicas, relações sociais, tempo e espaço, por isso ela está sempre em mudança, sendo usada como ferramenta para educar e desenvolver o pensamento de acordo com a realidade e o tempo.

## 1.2 A animação e sua origem

Animação de acordo com Aumont e Marie (2003, p. 18) é designado quando “movimento aparente é produzido de maneira diferente da simples tomada de cena analógica. A técnica mais frequente consiste em fotografar um por um, desenhos cujo encadeamento produzirá automaticamente a impressão de movimento”. O primeiro desenho animado foi feito pelo francês Émile Courtet, e a animação se chamava *Fantasmagorie*.

Figura 1 - O primeiro desenho animado da história, *Fantasmagorie*



Um dos fatores que contribuíram para a popularização da animação de acordo com Lacena Júnior (2002, p. 61) foi a criação de estúdios de animação, com objetivo de reduzir o tempo e os custos de produção de uma animação. Isso somando com a hegemonia audiovisual americana contribuíram para uma forte popularização do gênero.

Um dos aparelhos a qual possibilitou a animação era a rotoscopia. A rotoscopia consistia em uma sequência de imagens pré-filmadas e projetadas *frame a frame* em uma chapa de vidro, possibilitando a passagem e cópia dessas imagens para o papel. Desta maneira abriram-se novas portas para a animação, permitindo aplicação de efeitos especiais e ampliando a possibilidade de movimentação.

Os desenhos animados podem ser compreendidos como fonte de estudo historiográfico. Pois para Souza (2013, p. 43) “apresentam união iconográfica de imagens, textos e ideias na construção de símbolos, construindo o imaginário da realidade em torno da sociedade”. Permitindo desta forma a passagem de mensagens éticas e morais.

A animação, com o passar dos anos, passou por um processo de aperfeiçoamento. Suas animações com o correr das décadas passaram apresentando histórias mais longas e mais trabalhadas. Resultando cada vez mais uma maior captação de público.

Um dos que mais contribuiu para isso foi Walt Disney. Para ele a animação era uma arte do entretenimento. “Estou interessado em divertir as pessoas, em dar prazer, particularmente fazê-las sorrir, ao invés de estar preocupado em ‘expressar-me através de obscuras impressões criativas” (THOMAS, 1995, p. 23). De acordo com Lucena Júnior (2002, p. 99) faltava vida nas animações, movimento que realmente buscassem representar mais humanamente, desta forma convencer o espectador da realidade ali apresentada, humanizando as ações, personagens e a história, permitindo assim uma maior imersão e identificação com a história.

“O primeiro artifício introduzido por Disney para alcançar uma melhora na mecânica do movimento foi o acréscimo de uma barra de pinos na base da prancheta de luz” (THOMAS, 1995, p. 31). Com esses pinos na prancheta era possível um manuseio mais rápido da passagem das folhas, possibilitando para o animador maior agilidade ao conferir o movimento pretendido realizar na animação LUCENA JÚNIOR (2002, p. 101).

Indo além na sua intenção de obter ações convincentes, Disney introduziu duas novidades que demonstraram toda sua capacidade de percepção dos mecanismos envolvidos na comunicação da imagem em movimento. Após o animador completar a animação de uma sequência com desenhos apenas esboçados, estes eram fotografados com filme preto-e-branco e, então, projetados ou exibidos em moviola para estudo. [...] Desta forma, logo cedo se conservam os erros que passavam pelo exame de rolagem de folhas na prancheta de desenho, só possíveis de perceber na projeção de toda uma sequência. *O pencil teste* vai ser simulado pelos sistemas de animação digital, nos quais funciona como *preview*. LUCENA JÚNIOR (2002, p. 101)

O exemplo clássico que permitiu que a animação alcançasse reconhecimento e o *status* de arte foi *Branca de Neve e os sete anões* (1937). Seu êxito não é somente pelos prêmios adquiridos ou os ganhos comerciais, mas através do amadurecimento artístico proporcionado por Walt Disney. Devido a isso a animação conseguiu seu lugar de destaque dentre as outras formas de representação artística.

**Figura 2 - Branca de Neve e os sete anões**



### **1.3 Cultura e o Estado**

Castelss (2011, p. 459) afirma que “Culturas consistem em processos de comunicação”, desta forma são resultado do consumo e produção de sinais. Não existindo distinção entre “realidade” e representação simbólica. A humanidade vive em um ambiente cheio de simbolismo e atuando por meio dele. Portanto o cinema, televisão, computador, vídeo games e todos os outros meios de comunicação eletrônica tem trabalhando de forma integrada, para construir uma realidade virtual. Castelss (2011, p. 459) define “virtual é o que existe na prática, embora não estrita ou nominalmente, e real é o que existe de fato”. Desta a realidade vivida é a virtual, pois sempre foi carregada de símbolos que agregassem algum sentido a ela. A enorme quantidade de variações culturais é o que permite uma interação recíproca em múltiplas dimensões, tanto de forma implícitas ou explícitas. Desta forma sendo todas as realidades expressadas por meio de símbolos. Culturas para Laraia (2000, p. 60) “são sistemas que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos”. Desta forma isso serve para organizar a economia, estabelecer padrões de vida, organização política e religiosa.

O Estado é o termo que é empregado para descrever a associação de indivíduos, a qual abrem mão da sua liberdade, visando viver em maior segurança. Weber (2014, p. 90) define o Estado como uma associação política, em um local com delimitação territorial, a qual todos ali presentes estão submetidos a autoridade do Estado, que possui a legitimidade do uso da força, o uso se faz para regular a vida dos indivíduos e torna o espaço mais ordenado e pacífico. O Estado é o somatório das liberdades dos indivíduos, os indivíduos fazem isso pois acreditam que sem o

Estado estarão em uma situação mais perigosa (MATIAS, 2014, p. 60). O indivíduo para Santos. B (2014, p 507) é definido por dois fatores: primeiro pelas suas vivência e acontecimentos durante a sua vivência, e como ele se adapta às diferentes contingências da situação. “As identidades são signos do valor pragmático do indivíduo, variando de acordo com os contextos, podendo induzir respostas e expectativas erradas, ou levar ambiguidades” (SANTOS, B 2014, p. 509). Além disso Santos. B (2014, p. 533) afirma que “identidades não são essenciais desencarnadas, mas teias complexas de relações, materiais e desejos”. Desta forma a tarefa mais difícil é integrar suas subjetividades a diferentes realidades. O indivíduo nunca é imutável quanto aos seus valores, pois depende do tempo, contexto e local a qual está inserido.

De acordo com Locke são três os principais motivos que levam as pessoas a se associarem. O primeiro é a ausência de leis, a qual servissem de parâmetro para definir o certo eo errado, que contribuíssem para a solução de disputas; O segundo seria a ausência de uma entidade da qual fosse parcial e com capacidade de aplicar a sanção quando necessário; E o terceiro é porque em um estado de natureza não há poder absoluto ou justiça para ordenar o mundo (apud MATIAS, 2014, p. 66).

O Estado surge para preencher essa lacuna e promover a justiça na sociedade. Essa função básica se ampliou e, além da justiça hoje o Estado tem um papel importante na busca da justiça social. Ao procurar reduzir a desigualdade social por meio da redistribuição de renda e da prestação de serviços público essenciais, o Estado alivia as tensões causadas pelas desigualdades, o que contribui também para cumprir sua missão primordial, de assegurar a paz. (MATIAS, 2014, p. 66-67).

Verificado essa proposta do porquê da existência do Estado, e ao se analisar sua função diante o tema “cultura”. Cultura é muitas vezes associado ao conjunto de valores adotado por uma sociedade (CUNHA FILHO, 2003, p. 2003). Ao invés de ver o Estado como uma arma da classe dominante, como ferramenta para passar os seus valores, o Estado tem como obrigação solucionar os conflitos e promover a igualdade e liberdade de expressão. Tendo em vista que a cultura, em sentido antropológico<sup>1</sup> está sempre em processo de mudança e transformação. Para Gramsci (1988, p. 103)

---

<sup>1</sup> Cultura em sentido antropológico: Conjunto de conhecimentos, costumes, crenças, padrões de comportamento, adquiridos e transmitidos socialmente, que caracterizam um grupo social.

“o Estado deve ser concebido como um “educador” no sentido de que ele tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. O Estado tem o poder de atuar em diversos assuntos, ele deve usar sua capacidade de atuação para racionalizar os nacionais.

Ao se discutir quais valores o Estado deve escolher? E quais promover? De acordo com Albuquerque Júnior (2007, p. 74) o Estado não deve ser usado, quando promover a cultura<sup>2</sup>, como máquina de padronização da sociedade, mas sim visando a do acesso a bens culturais, garantindo a segurança das diversas expressões culturais sem que sofram com a discriminação. De acordo com o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS, 1985) “a cultura procede da comunidade inteira e a ela deve retornar. Não pode ser privilégio da elite nem quanto a sua produção, nem quanto a seus benefícios”. Wendt (1999, p. 186) afirma que *“The fact that agents are constructed by society and that structure is continually in process might seem to suggest that society is infinitely changeable”*. Desta forma Silva (2010) compreende que “à sociedade cabe produzir cultura e ao Estado incumbe a garantia das condições para que o direito ao acesso à cultura seja exequível”. Identidades afirma Wendt (1999, p. 224) são influenciados tanto por fatores externos como pelos internos, desta forma o controle do Estado sobre a cultura significa que ele estaria impedindo a própria vontade do indivíduo de buscar sua plenitude. Tratando do acesso a bens culturais.

Desta forma o Estado deve atuar não privilegiando os valores culturais aos quais ele considera mais importante, mas sim promovendo o enriquecimento do debate, tornando a população mais tolerante e consciente com as minorias. O Estado deve evitar a polaridade cultural, entre ‘cultura de rico’ e ‘cultura de pobre’ pois muitas vezes os valores podem estar sendo consumido por ambos (CHAUÍ, 1995, p. 82).

A fim de promover a inclusão do indivíduo na sociedade, garantindo não somente a expressão cultural, mas o acesso à educação, saúde e ao reconhecimento perante a sociedade. Eliminando barreiras que possam segregar o grupo considerado minoritário.

De acordo com a ICOMOS (1985) “É imprescindível estabelecer as condições sociais e culturais que facilitem, estimulem e garantam a criação artística e intelectual,

---

<sup>2</sup> Aqui cultura é expressão ou estágio evolutivo das tradições e valores de uma região, num período determinado.

sem discriminação de caráter político, ideológico e social”. O desenvolvimento cultural não é possível sem a independência e liberdade do indivíduo para produzir bens culturais (ICOMOS, 1985).

Desta forma é enfático afirma que:

[...] a política cultural está (e quer) no meio do quadro político, em algum ponto entre a política e econômica, a social e a educacional e a política para o desenvolvimento urbano. Esta talvez seja principal da política cultural urbana - ser uma espécie de junção e ‘correia de transmissão’ para assegurar a ligação entre os diferentes campos e tarefas políticas - proteger a diversidade, promover a cultura para se tornar um pilar econômico e incluir a sociedade civil (apud HEINRICH, 2008, P. 101).

O Estado, assim como qualquer outra forma de associação têm caráter abstrato. Sendo o indivíduo a única realidade da qual se origina a soberania. “É ele quem abre mão da sua liberdade natural para formar o Estado. É ele a realidade anterior ao contrato social, que cria o Estado”. (MATIAS, 2014, p. 498). Conforme por Thomas W (1994, p. 116) Matias (2014, p. 498) “os Estados existem em virtude do desejo dos indivíduos, sendo os indivíduos a fonte de última de autoridade”.

Por isso, o individualismo político defende que a soberania remete-se aos indivíduos. Desta forma, para Matias (2014, p. 450) “o poder estatal é um poder derivado que o Estado, como agente dos indivíduos que o formam, recebe a fim de cumprir suas funções”.

Através desta perspectiva liberal de soberania, é possível compreender o Estado como uma entidade a qual se forma por meio dos interesses, valores e princípios originados da comunidade (MAGALHÃES, 1994, p. 29).

[...] Se o conjunto de indivíduos está na origem do poder do Estado, os interesses e os valores defendidos pelos Estados devem refletir os interesses e os valores dos indivíduos [...] O indivíduo só aceita abrir mão de parte de sua liberdade em nome de sua própria segurança e, ao fazê-lo, permite que ideias como a justiça e a igualdade, que só podem realizar-se de forma coletiva, sejam alcançados [...] (MATIAS 2014, p. 504).

O Estado deixa de ser o único ator capaz de proteger e garantir a liberdade dos indivíduos. Atualmente vemos a atuação de organizações internacionais e não governamentais atuando na defesa dos direitos do indivíduo, e conseguindo



resultados mais eficientes que o próprio Estado na defesa dos Direitos Humanos (MATIAS 2014, p. 504-505)

Assim desta maneira, a defesa dos direitos humanos não é um valor estatal, ou o único. Contudo com o desenvolvimento da globalização e devido a revolução tecnológica, as fronteiras dos Estados acabam se tornando perenes, com isso os valores aos quais poderiam ser característica de um determinado grupo de indivíduos, acabam sendo passados e replicados, adquirindo um caráter amplo e abrangente (MATIAS 2014, p. 505). Desta forma os valores do que se defendem da “comunidade internacional”<sup>3</sup>, na verdade são correspondidos como valores da própria humanidade. Por globalização Santos (2011, p. 85) define como o “conjunto de relações sociais que se traduzem na intensificação das interações transnacionais” independente de qual tipo for, sejam elas entre estados, empresas ou indivíduos.

A desigualdade de poder no interior dessas relações (as trocas desiguais) afirma-se pelo modo como as entidade ou fenômenos dominantes se desvinculam dos seus âmbitos ou espaços e ritmos locais de origem, e, correspondentemente, pelo modo como as entidade ou fenômenos dominados, depois de desintegrados e desestruturados, são revinculados aos seus âmbitos, espaço e ritmo locais de origem. Neste duplo processo, quer as entidades ou fenômenos dominantes (globalizados), quer os dominados (localizados) sofrem transformações internas. (SANTOS. B 2014, p.85)

Ao se entender que a globalização é desigual, compreende-se que determinados agentes e regiões têm mais poder de difundir determinados preceitos que outros. Um exemplo disso é os Estados Unidos da América, sendo ainda a maior potência mundial podemos sentir e ver a propagação cultural americana, em regiões com cultura e valores morais totalmente diferentes da população dos Estados Unidos. E regiões que não são desenvolvidas, como os países pobres ou em países em desenvolvimento não vemos sua influência em países desenvolvidos. Santos. B (2014, p. 548) afirma “quem domina a língua e os discursos é quem a melhor contribui para a construção de identidades, a própria ou as alheias [...] para dizer a sua própria identidade ou mesmo (ou sobretudo) para dizer a identidade dos outros”. Entretanto

---

<sup>3</sup> Para alguns, uma comunidade internacional simplesmente não existe. Para outros, o termo refere-se, mais pragmaticamente, a todos os países quando decidem agir em conjunto.

como anteriormente citado, mesmo em trocas desiguais é necessário que haja uma readequação dos valores para que tenha uma maior aceitação.

A globalização não tem origem certa, entretanto sua intensificação surgiu com a revolução industrial e com os avanços tecnológicos, resultando no surgimento das grandes metrópoles. Para Santos. B (2014, p. 432) as grandes metrópoles diminuem a diferença social entre “cultura de elite” e “cultura do povo”. Os bens culturais acabam se relacionando, os bens culturais dito de elite acabam se popularizando e assim sendo consumidos pelo “povo”, e o contrário também ocorre, produtos culturais do povo são apropriados pela elite e elitizados. A cultura passa a ser um fato exclusivo de uma sociedade e passa a ser vista como um bem de consumo do mercado. Se ampliamos isso no âmbito internacional vemos os resultados nos filmes da Disney, como ela se apropria de elementos da cultura de outros países para criar suas obras, dando uma visão alternativa e criando novos elementos culturais, resultado do hibridismo de símbolos. Santos (2014, p. 444) reitera a capacidade que a cultura tem de se adaptar às realidades locais “o seu de poder de adequação a públicos diferenciados e de assimilação de matérias, expressões e mensagens culturalmente diversificadas não deve ser, pois, subvalorizado”. Os desenhos animados têm como geralmente principal consumidor as crianças, a qual não tem o desenvolvimento total da língua, escrita e leitura. Com isso muitas animações são dubladas, para permitir que pessoas tenham mais acesso, e identificação com os personagens através da língua materna. A dublagem de filmes e desenhos pode ser entendida como uma das ferramentas de um produto cultural de se adaptar à realidade local.

Por duas vias complementares [...] o desenvolvimento das indústrias de cultura, no quadro do processo de globalização, pressiona à homogeneização. Também no plano cultural, a intensificação da circulação mundial de capitais, bens e símbolos, o aumento das interdependências no sistema mundial e a emergência do Planeta ele próprio como a escala de referência das atividades e das organizações, operam uma extensão a novas áreas geográficas do mundo de produção que domina o sistema cultural dos países centrais (e muito à frente de todos os demais, os Estados Unidos da América). Também neste movimento a globalização traduz uma tendência para o alargamento e aprofundamento da hegemonia e a transformação de uma realidade “local” numa presença planetária. SANTOS. B (2014, p. 437)

## Capítulo 2

### Disney e seu histórico de representação da mulher nas animações

A representação da mulher nos desenhos animados começa refletindo os valores culturais da época. Segundo Tânia Silva e Ana Gomes (2009) argumentam que:

Walt Disney é um produtor de sujeitos. Seus filmes sempre demonstram sua ideologia de vida. Na verdade, o que Disney transmite é o que aprendemos com os padrões impostos pela sociedade, isto é, transmitido de maneira simples para seus longas de animação; os seus conceitos dependem do pensamento crítico do receptor (2009, p. 39).

Considerando as animações dos anos 50, de acordo com Laponte (2002) vemos um sistema de valores, no qual o homem é o dominante. Por meio da representação artística, esses valores são passados com intuito de manter a dominação, reforçando o ‘olhar masculino’ (TRANSFORMES..., 2013, online) Este termo relaciona-se à expressão *male gaze*, que vem sendo utilizada nas análises de teóricas fílmicas feministas como Anneke SMELIK (1993), Olhar masculino ou *male gaze* é um termo usado para descrever a suposição de que a audiência de um filme é composta principalmente de homens heterossexuais. Essa suposição leva à objetificação e sexualização de personagens femininas na tela, uma vez que elas são vistas simplesmente como uma imagem para os homens desfrutarem. Dominação a qual produz efeitos de como as questões de gênero são entendidas de acordo com a visão dominante. De acordo com Bourdieu (2002) a dominação masculina constrói as mulheres como “objetos simbólicos”, isso tem objetivo colocá las em grande receio em relação ao seu corpo e capacidades, as mulheres sobre uma perspectiva de dominação masculina servem apenas objetos de atração, cobiça e receptivas.

Dentre as primeiras animações da Disney de maior sucesso temos a história de “Cinderela” do ano de 1950. Tanto a vilã, como a protagonista estão presas e dependentes do homem para lhe dar um futuro digno. Cinderela é uma mulher em que todas as suas funções e obrigações se resume a cuidar e limpar a casa, a personagem não supera as suas adversidades por si própria. O ápice de suas mudanças se dá quando, convenientemente o príncipe se apaixona por ela, solucionando todos os

seus problemas. As mulheres deste filme ocupam uma posição passiva, na qual estão dependentes da boa vontade do príncipe de serem escolhidas para ser o seu par.

**Figura 2 - Cinderela (1950)**



No campo do trabalho artístico, até o século XIX era vedado o acesso as mulheres de aprenderem a representar os corpos. Enquanto Picasso estava representando Bordéis, prostitutas e amantes, as mulheres tinham em que se contentar em representar espaços domésticos, natureza-morta e outros gêneros de menor valor (LAPONTE, 2002).

As mulheres não tinham controle sobre a representação do próprio corpo. Na representação artística as mulheres eram hiper-sexualizadas e mercantilizadas, visando reforçar a posição da mulher no polo passivo da polarização, sendo objeto e não sujeito (LAPONTE, 2002). Enquanto as mulheres eram representadas de forma sensual, livre de valores morais que suprimisse sua sexualidade, como objeto de prazer do outro, no cotidiano a mulher tinha constantemente sua sexualidade controlada pelo homem. O Estado reforçava a ordem e as proscricções do patriarcado. Em certos Estados a situação das mulheres era pior, pelo o qual o modelo social moralmente aceito é o homem como ser absolutamente superior a mulher. Nesses casos a revolta da mulher contra esses valores significava um atentado a sociedade e a moral coletiva (BOURDIEU, 2002, p. 52). Essas representações para Freire (2005, p. 23) constituem basicamente estereótipos, uma abstração e alegorização da mulher de forma abusiva. Isso tem por objetivo principal reforçar as estruturas de dominação, estabelecendo padrões do que é aceitável ou não.

Tais atos passam de atos do *status quo*, visando manter a dominação vigente. Freire (2005, p. 24) destaca que muitas vezes “os meios de comunicação de massa

são a grande fonte de difusão e legitimação dos rótulos, colaborando decisivamente, deste modo, para a disseminação de pânicos morais”.

As mulheres foram constituídas como objetos sexual a partir de um olhar masculino, uma visão que valoriza poucas características das mulheres. Um olhar petrificado mantendo a dominação vigente. (LAPONTE, 2002).

A arte para Laponte (2002) é um campo de eterna disputa. Se as relações de poder tendem a ir para um lado não significa que elas se manterão indefinidamente, pois não há um discurso homogêneo que não sofra abalos e mudanças.

Esse modo de agir procura manter o controle sobre as “minorias”. Sendo “minorias” não uma relação numérica, mas para Raul (2001, p. 209) a definição de “minorias” é “[...] uma situação de distribuição desigual de poder político entre grupos sociais distintos que coexistem dentro de uma mesma unidade política [...]” Segundo Martin, ao analisar Gramsci, (1998, p. 95) a hegemonia da classe dominante sobre a dominada, se dá na capacidade da “maioria” em criar e impor uma visão de mundo universal, manipulando as aspirações e necessidade dos grupos subjugados. Desta maneira as minorias estão em vivência com uma relação constante de manipulação dos interesses ou ora de privação.

Com isso Cinderela ao ser retratada como uma mulher que cuida e limpa da casa a espera de um homem que a salve e reforça mensagem do conceito ideal de mulher na sociedade.

Gramsci (1988, p. 91) afirma que o consentimento do poder da classe dominante se dá através de uma hegemonia sobre a sociedade como um todo, usando meios coercitivos para manter essa dominação. Se analisarmos essa visão de uma perspectiva de dominação masculina sobre a mulher, a supremacia do homem anteriormente além de ser compreendida com algo natural, baseada muitas vezes em preceitos religiosos ou morais. Tal valor era refletido no Estado, a qual era totalmente ausente de previsões legais que protegessem as mulheres e dessem maiores direitos, e autonomia. Os primeiros movimentos feministas eram muito reprimidos, um exemplo no regime militar brasileiro qualquer manifestação de feministas era vista como politicamente e moralmente ameaçadoras à ordem.

Um dos grandes desafios das mulheres quando se combate o machismo e a relação desigual de direito, é quando o motivo da desigualdade da relação vem amparada por uma moral religiosa. Em 1979 é realizada a primeira Conferência

Mundial sobre a Mulher<sup>4</sup>, a qual teve a presença de 187 Estados.

Embora tenha tido uma ampla adesão dos Estados, a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher foi o que mais recebeu reservas, dentre os tratados internacionais de direitos humanos.

Sobre as reservas feitas à Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, observa Rebecca Cook: “Até 2 de fevereiro de 1990, cem países haviam ratificado ou aderido à Convenção da Mulher. O alcance e a extensão da ratificação são, entretanto, comprometidos em face do sério problema da realização de reservas substantivas à Convenção. O volume de reservas faz com que essa Convenção seja o instrumento que mais fortemente recebeu reservas, dentre as Convenções internacionais de direitos humanos, considerado que ao menos 23 dos 100 Estados-partes fizeram, no total 88 reservas substanciais. Adicionalmente, 25 reservas foram feitas em relação ao art. 29, concernente à forma de solução de disputas. (...) A Convenção da Mulher pode enfrentar o paradoxo de ter maximizado sua aplicação universal ao custo de ter comprometido sua integridade. A questão legal acerca das reservas feitas à Convenção atinge a essência dos valores da universalidade e integridade” (Reservations to the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women, Vanderbilt Journal of International Law, v. 30, p. 643). Nas lições de José Augusto Lindendgren Alves: “A maior parte das reservas diz respeito ao Artigo 29, concernente à submissão à Corte Internacional de Justiça de controvérsias entre Estados-partes quanto à aplicação da Convenção. Outras, de número elevado, dizem respeito ao Artigo 16, relativo à eliminação da discriminação no casamento e na família. Várias reservas incidem sobre a possibilidade de adoção ‘ação afirmativa’ (Artigo 4º), sobre as medidas para a eliminação dos preconceitos de estereótipos (Artigo 5º), a eliminação da discriminação na vida política pública (Artigo 7º), a igualdade nos direitos à cidadania (Artigo 9º), a eliminação da discriminação na educação (Artigo 10) e no emprego (Artigo 11), a igualdade de direitos trabalhistas (Artigo 11), o acesso igualitário ao crédito financeiro (Artigo 13) e a plena capacidade legal (Artigo 15). A própria definição da discriminação contra a mulher (Artigo 1º) e, o que é pior, o compromisso de erradicar a discriminação (Artigo 2º) também são objeto de reservas. A proliferação de reservas incompatíveis com o ‘objeto e o propósito’ da Convenção, que contrariam de forma clara o parágrafo 2º de seu Artigo 28, assim como a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, não esmaece a importância do documento para a comunidade internacional. (...) Transforma, porém, a adesão ao instrumento por parte de alguns países num ato despidendo, senão num embuste” (José Augusto Lindgren Alves, *A arquitetura internacional dos direitos humanos*, p. 120-121, apud, TRINDADE, Antonio, *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*, 2013, ed 14.)

---

<sup>4</sup> Realizada no México, a primeira Conferência Mundial sobre a Mulher instou a ONU a elaborar um tratado internacional que assegurasse no plano internacional, de forma obrigatória, os princípios da declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher.

A justificativa é que o Comitê estava praticando imperialismo cultural, ao querer propor uma visão de igualdade entre homem e a mulher tanto no ambiente privado, público quanto familiar. O Comitê destacou que a religião, leis ou cultura não pode ser usado de pretexto para não se combater a desigualdade entre o homem e a mulher, e que a mulher devia ser promovida com ações afirmativas que proporcionassem maior adesão na sociedade e eliminação do preconceito (TRINDADE, 2013, p. 274-275).

Por isso a pluralidade dos discursos é necessária, pois a análise a partir de outra visão não significa que está outra seja mais verdadeira, mas sim o fato desta fazer visualizar os valores e sentimentos de outras realidades. Quebrar a naturalidade de discursos e denunciar formas de dominação (LAPONTE, 2002).

A primeira onda do feminismo surgiu pelo século XIX, na Inglaterra, a qual se organizavam para lutar por mais igualdade e direitos, sendo na época o mais requisitado o direito ao voto. Com a “Revolução Industrial” o movimento feminista ganhou força. Se unindo às causas trabalhistas. As mulheres passavam horas dentro das fábricas, trabalhando em condições precárias. Além de receberem menos que os homens. As operárias de uma fábrica têxtil paralisaram suas atividades para conquistar melhores condições de trabalho, e foram reprimidas pela polícia. Até que em 25 de março de 1911, um incêndio em uma das fábricas acabou com a morte de mais de 100 mulheres, evento que acabou por dar origem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de março.

**Figura 3 -25 de março de 1911, Incêndio na fábrica que resultou na morte de mais de 100 mulheres**



O filme da Cinderela é exibido em 1950, trinta e nove anos depois ao incêndio. Apesar da tragédia ter possibilitado posteriormente a liberdade da mulher de votar em alguns países, isto contudo não diminuiu o pensamento predominantemente machista na sociedade. Mesmo com conquista de alguns direitos a mulher precisava ainda combater as representações depreciativas das mulheres. Para Freire (2005, p. 27) não é alto número de representação de imagens representativas que importa, mas sim como. Se a imagem traz ou não embasamento na realidade.

Mesmo já tendo adquirido o direito ao voto as mulheres continuavam sendo depreciadas, e a sofrer o preconceito, e os efeitos de uma dominação masculina. Em 1960 surge a segunda onda do feminismo, com mais força para levantar as questões de poder do homem sobre a mulher. “O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher [...] mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres[...]” (PINTO, 2009, p.16) buscando dar maior liberdade e autonomia nas suas tomadas de decisão. Assim como o terceiro debate nas Relações Internacionais, a teoria feminista estava engajada na reavaliação crítica das questões epistemológicas.

Questionando suposições liberais de que a subordinação das mulheres pode ser diminuir ao incorporar as mulheres nas estruturas institucionais existentes uma base de igualdade com os homens, as feministas pós-liberais apontaram para a estrutura hierárquica que teria sido radicalmente desafiado para abordar essas questões. Eles



também alegaram que o conhecimento sobre o mundo social e natural não é objetivo, mas com base nas experiências dos homens. (TICKNER, 2001, p. 10, tradução nossa).

A posição que as mulheres ocupavam de inferioridade, refletia um sistema ao qual sempre buscava privilegiar a manutenção das estruturas de poder. A mulher não tinha como participar do jogo político, pois já se tinha um valor atribuído a mulher, a qual impossibilitava seu engajamento na luta por direitos e um espaço dominado por homens.

De acordo com Lasma (2001) desde de Westphalia,<sup>5</sup> o Estado assume a responsabilidade de construir uma identidade nacional. Estado que de acordo com Gramsci comandado por uma classe dominante que exerce o controle, através de sua liderança moral. Modo de atuar que duraria até a década de 1970 com o questionamento do sistema westphaliano, minando a sua hegemonia.

Feministas liberais defendem a remoção das barreiras legais e outras que impedem sua atuação e retiram oportunidades de concorrer em base de igualdade com os homens. Feministas liberais afirmam que a discriminação é tem provocando grandes impedimentos para a sua atuação, enquanto homens são julgados pela sua individualidade ou mérito, mulheres são julgadas por serem femininas ou como um grupo. Desta forma ao serem retiradas esses impedimentos legais, as mulheres puderam iniciar a jornada para a sua emancipação e igualdade de direitos com os homens. Ao contrário dos liberais tradicionais, as feministas veem o Estado como um agente para garantir e defender seus direitos, vendo ele como um “árbitro” neutro para garantir os direitos das mulheres (TICKNER, 2001, p. 12).

O liberalismo rejeita essa visão, de acordo com Jackson e Sorensen (2013, p. 151) pois os Estados não são os únicos atores nas relações internacionais, há relações transnacionais a qual permite uma interação entre grupos, pessoas e organizações de diversos países. Deste modo sendo as relações entre pessoas mais propensas a cooperação e a manutenção da paz (Jackson; Sorensen, 2013, p. 152).

---

<sup>5</sup> A chamada Paz de Vestfália designa uma série de tratados que encerraram a Guerra dos Trinta Anos e também reconheceram oficialmente as Províncias Unidas e a Confederação Suíça [...] Este conjunto de diplomas inaugurou o moderno Sistema Internacional, ao acatar consensualmente noções e princípios como o de soberania estatal e o de Estado-nação. Embora o imperativo da paz tenha surgido em decorrência de uma longa série de conflitos generalizados, surgiu com eles a noção embrionária de que uma paz duradoura derivada de um equilíbrio de poder, noção essa que se aprofundou com o Congresso de Viena (1815) e com o Tratado de Versalhes (1919).

Para Lasma (2001) “a complexidade das atuais inter-relações (do sistema internacional) torna impossível a determinação de pólos dominantes”. Ele determina que as interações se dá em torno de grupos de interesse, áreas temáticas ou regimes.

Lasma (2001) afirma que:

Não há um único tema na agenda internacional e torna-se difícil articular todo o sistema, uma vez que, cada tema, participam e se articularam atores diferentes. A diversidade e atomização das articulações, fruto da nova pluralidade nas Relações Internacionais, acabam por gerar um sistema de freios e contrapesos de forma que, mesmo sendo um ator hegemônico em uma temática ou regime específico, esse mesmo ator não o será em outra área, impedindo-o de articular, sozinho todo o sistema.

Seguindo o pensamento de Lasma (2001) “Esse fenômeno representa um enorme crescimento dos canais de difusão comercial, políticos, culturais etc.” Resultando problematização das transações culturais.

De acordo com Santos, M. (2000, p. 170) com o advento da globalização e avanços tecnológicos estaríamos presenciando a criação de uma história universal. Para Santos, M. (2000, p. 171-173) antigamente existia apenas a “história de lugares, regiões, países” entretanto agora acompanhamos a história do mundo, como algo unificado. A globalização é associada também por ser um fenômeno a qual gera incertezas e riscos, não é só uma mera relação de interdependência entre sociedades nacionais, mas sim uma desterritorialização política e social, o Estado perde força a medida que a interação aumenta.

A globalização separou a técnica da política. Enquanto a primeira avançou rápida e continuamente, o progresso social foi interrompido. Porém, da mesma forma como a globalização causou essa separação - danosa à sociedade - ela carrega o germe da unificação e o avanço tecnológico cria as condições para que ambas voltem a caminhar juntas. Tempo livre será a oportunidade do século. (MILTON, S. 2000, p. 28).

Essa perda de poder do Estado é o que ajudou a ascensão da mulher em diversas localidades do mundo, diferentemente o que as feministas liberais acreditavam do Estado como um agente neutro, a qual possibilitava a mulher igualdade de direitos, muitas teóricas feministas apontaram o Estado como uma ferramenta masculina, para impedir a mulher de ascender socialmente e tratamento

igual de direitos. Contudo concordam que “de que as hierarquias de gênero são socialmente construídas e através de estruturas de poder que trabalham contra a participação das mulheres” (TICKNER, 2001, p. 21, tradução nossa). Desta forma um Estado ao qual serve para reproduzir o status da dominação masculina, quando enfraquecido, quando o este Estado não tem mais controle sobre o conteúdo cultural e é exposta a outros valores externos que enfraquecem a visão hegemônica, neste momento é possível a ascensão da mulher. Quando as estruturas de dominação se enfraquecem, a ascensão contra-hegemônica, a qual desconstrói e redefine as bases ideológicas, permitindo assim a ascensão de grupos marginalizados ao poder político e maior capacidade de influência.

As mulheres têm operado principalmente fora dos centros de poder: suas A estratégia para influenciar a tomada de decisão pública depende do primeiro empenhamento se usando as aberturas no espaço político oferecido pela democracia. ratização. No entanto, as mulheres estão cientes de que as incursões no nível formal de política não significam que as questões das mulheres serão colocadas em "homem" agendas. Mas certas feministas acreditam que com a democratização e oportunidades aumentadas para as mulheres na economia, é mais provável que os estados criar novas instituições baseadas na igualdade de gênero. (TICKNER, 2001, p. 121, tradução nossa)

Uma mudança dos valores da população não se torna garantia de adquirir igualdade de direitos e aumento das oportunidades às mulheres, se essa mudança do comportamento, não vem acompanhada de uma proteção legal que reconheça esses direitos. Entretanto a mudança de valores das bases da sociedade ou o compadecimento com minorias ameaçadas permite maior contato com essas realidades, permitindo maior possibilidade das demandas serem atendidas. Contudo diante disso muitas feministas ainda encontram desafio para que sejam implementadas essas atitudes, devido ao patriarcado está profundamente instalado nas estruturas de poder do Estado.

Em 1990 ocorre a terceira onda do feminismo. De acordo com o relato de Bedin, Cittadino e Araújo (2015) “A terceira onda abrange as tentativas de desconstrução da categoria “mulher” como um sujeito coletivo unificado que partilha as mesmas opressões, os mesmos problemas e a mesma história”. Tendo em vista que fatores como religião, localidade, raça e classe. A terceira onda veio justamente para desmistificar as duas primeiras, que por conclusão acabaram mostrando a realidade

e demandas das mulheres brancas, de classe média e de centros urbanos. Mesmo sendo também mulheres, para Bedin, Cittadino e Araújo (2015) às mulheres *suffragettes* donas de casa, dos anos 70 e 80, e de classe média acabaram monopolizando as demandas. Os autores Bedin, Cittadino e Araújo (2015) justificam, pois essas mulheres não estavam no mesmo patamar daquelas em relação a outros marcadores sociais. As mulheres de países considerados pobres e em desenvolvimento começaram a questionar o termo feminista, devido a visão unilateral do ocidente imperialista. Estas mulheres afirmaram que a opressão ocorre de diferentes formas e de agentes diferentes a qual somam outros preconceitos com a questão do preconceito contra a mulher. Elas propõem uma nova análise, levantando além da questão do sexo, as questões do preconceito racial, social, geográfico, étnico e etc.

A partir da década de 90 as informações são passadas quase de forma instantânea e automática, permitindo que pessoas de diversas regiões tenham acesso a informação. Muito desse crescimento foi proporcionando ao aumento da velocidade de transmissão de informação e o crescimento da rede de computadores pelo mundo (MATIAS, 2014, p. 117).

Tânia Silva e Ana Gomes (2009) ao fazer uma comparação da representação da mulher nos filmes “A pequena Sereia” de 1989 e “Mulan” de 1998, ambas notam uma mudança do discurso. Em A Pequena Sereia há presença de machismo, com a bruxa, Ursula, dizendo que os homens não gostam de mulheres que falam e engana. E posteriormente a retratação com Mulan, uma menina que se oferece para ir para a guerra no lugar de seu pai que está doente, disfarçado de homem devido ao preconceito e acaba salvando a China.

O filme Mulan pode servir como forma de compreensão do espaço nas relações internacionais, a qual sempre foi dominada por homens. Sempre se atribuiu ao sexo masculino as questões de poder, resultando na exclusão da mulher no debate entre as questões envolvendo disputas de poder entre os Estados. A visão masculina, a partir de uma perspectiva feminista, é parcial pois só apresenta o lado do homem sobre o que é natureza humana (TICKNER, p. 24). De acordo com Tickner (p, 24) “*A feminist perspective believes that the national interest is multidimensional and contextually contingent*”. Desta forma Tickner (p, 24) questiona a visão realista do significado de poder, ao invés de ser somente o ato de dominar o outro e fazer com

que ele atenda as suas vontades, poder pode ser também associado a questões de empoderamento, questão constantemente associada às mulheres que significa a capacidade de conscientizar a população civil da dependência social e política (TICKNER, p. 24).

Mulan vive em um contexto de guerra, a China está sendo invadida, por isso são convocados todos os homens para lutar e defender o país, só que o seu pai se encontra velho e doente. O jeito que ela encontra para ajudar o seu pai foi se disfarçando como homem e tomando o lugar de seu pai no chamado para servir o exército. Mulan adentrando no exército aprende a lutar, disciplina e como se impor. No decorrer da aventura acabam descobrindo que ela é mulher, isso resulta na expulsão dela do campo de batalha, mesmo tendo feitos heróicos a qual salvaram muitas vezes seus companheiros de batalha. Mulan não é analisada pelos seus feitos, e sim pela a visão já estabelecida de que aquele não é o lugar de uma mulher

No final o imperador da China é feito refém, os homens não conseguem entrar no local a qual se encontra aprisionado o imperador, é Mulan que dá a solução. Mulan junto com seus amigos, que agora se disfarçaram de mulher para enganar os vilões.

**Figura 4 - amigos de Mulan disfarçado de mulher**



Mulan junto com seus amigos disfarçados, conseguem invadir o palácio e resgatar o imperador. Mulan consegue derrotar o vilão, não pela força bruta, mas com sua inteligência e agilidade. O resultado da aventura é que Mulan é reconhecida pelo imperador e por toda a China como a heroína da nação. Respeitada por todos. Então quando pegamos Mulan, uma personagem feminina tratando de assunto considerados do 'homem', o significado não é de uma mulher que não sabe o seu papel na sociedade, mas sim que a funções foram construídas, e da mesma forma a

qual foi se possível se criar pode-se desconstruir e reconstruir de acordo com as realidades do tempo, espaço e sociedade.

Segundo Mill (1952) citado por Alves (2011, p. 8) a liberdade de expressão é fundamental para o bem-estar da sociedade. Ela não pode ser restringida diante de doutrinas religiosas ou unanimidades. Pois quando não se tem liberdade para se discutir, os governantes no poder ganham legitimidade para decidir por toda sociedade.

Tânia Silva e Ana Gomes (2009) defendem que:

A sociedade é, de certa forma, manipulada pelos meios dos produtores de cultura. Em outras palavras: somos seres pensantes, porém, esses meios ajudam-nos em nossa formação e interação na sociedade e a seguir as regras dos parâmetros sociais e políticos, aos quais somos impostos. Enfim, as narrativas, subjetividades e ideologias encontradas em contextos fílmicos são de suma importância para a formação do caráter humano.

**Figura 5 - A Pequena Sereia (1989)**



**Figura 6 - Mulan (1998)**



Dias e Esperança (2010) afirmam que as produções televisivas como filmes, desenhos animados e séries apresentam modos de se comportar baseado em representações da cultura hegemônica. Entretanto para Mill (1952) citado por Alves (2011, p. 8) é por meio do confronto de ideias que se é possível conhecer pela totalidade um assunto, examinar sobre diferentes pontos de vistas permite uma visão mais ampla possibilitando assim a evolução da sociedade. Pois mesmo com as remoções das barreiras legais que impediam atuação das mulheres, a situação feminina não melhorou, continuavam a sofrer preconceito e a ocupar posição inferiores aos homens. Feministas radicais afirmam que a opressão que as mulheres sofriam vinha de um comportamento muito enraizado na sociedade, a qual a simples remoção das barreiras não era o suficiente para garantir a igualdade com os homens. “As radicais alegaram que as mulheres eram pressionado por causa do patriarcado ou de um sistema difundido de dominação masculina”. (TICKNER, 2001, p.13). Desta forma a luta pela igualdade de direitos das mulheres deve-se ser ampla e difusa, fazendo uma reavaliação crítica da forma como são representadas e combatendo discursos através de uma representação legítima.

Nas relações internacionais a incorporação das mulheres vinha sendo defendida pelas as feministas liberais (TICKNER, 2001). A discussão serve como iniciativa para questionar baixa adesão das mulheres em cargos de poder e comando. Uma abordagem feminista das relações internacionais e sobre a guerra e a paz, consegue identificar aspectos que desafiam a dialética realista do Estado como provedor da proteção e segurança, responsabilizando o Estado pelas suas políticas de segurança, a qual muitas vezes acaba afligindo contra a vida daqueles que se tem de proteger (SOUZA, 2014).

Os impactos dos desenhos são ainda mais significativos na formação educacional das crianças. Para Rios (2014) é visível como os desenhos influenciam tanto crianças e adultos. A criança, defende Rios (2014), não é um agente somente passivo a mídia, ela é capaz de adaptar e criar novas situações com base ao que foi exposto. Com os desenhos animados, a criança aprende com a cena e réplica.

Para Hall (2001) devido aos avanços tecnológicos, que permitiram a compressão do espaço-tempo. Graças a ferramentas como a internet os fluxos culturais estão mais intensos, e essa interação acaba gerando maior contato com elementos de cultura global.

No ciberespaço, o custo e a velocidade da transmissão de dados independem da posição física ou geográfica de seus usuários, o que acaba por eliminar as barreiras que antes poderiam separar as pessoas. Mesmo que jurisdições diferentes tentem regular a internet, a forma como cada uma delas procura fazê-lo pode ser diferente, e a ausência de fronteiras na rede causa necessariamente conflitos entre partes do mundo que são “fisicamente distantes, mas eletronicamente próximas (MATIAS, 2014, p. 159)

Desta forma os desenhos animados podem parecer uma ferramenta boba, mas com a internet e outras mídias ela permite que conteúdos ideológicos e carregados de significado sejam passados a pessoas de diversas idades e apresentando conceitos e valores culturais diferentes ao daquele predominante no local. Afetando todos, tornando as fronteiras mais porosas e deixando a população mais suscetíveis a influência externa). “Ou seja, o controle do fluxo de informações na rede é praticamente impossível. E, se fosse possível, seria em muitos casos indesejável”. (MATIAS, 2014, p. 167). Pois para Matias o controle da informação significa muitas vezes uma trava para o comércio mundial, impedido o seu crescimento. Desta forma o controle da informação pelos os Estados muitas vezes não é realizada por falta de poder de barganha ou capacidade, mas sim por conveniência, pois o controle muitas vezes significa a participação a sua população no comércio mundial (MATIAS, 2014, p. 166). Como por exemplo o filme Frozen a qual foi durante o seu período de exibição nos cinemas a maior bilheteria em 52 países com base os dados adquiridos por Busch (2014, online). Mesmo em países dos quais as mulheres têm pouca liberdade, como Rússia e Arábia Saudita, a exibição do filme Frozen foi realizada nos cinemas. Por isso um desenho animado, mesmo apresentando valores culturais diferentes é exibido em outro país. O choque cultural é inevitável, mas a questão é o quanto seria mais prejudicial se ao invés de permitir a liberdade nos fluxos econômicos ou Estados focassem mais em proteger sua população de influências externas.

Hall (2001) ainda afirma que quanto maior a exposição da nação a influências externas maior é a dificuldade de manter a identidade cultural intacta. E Giddens (1999, p.136) comenta que “A familiaridade (com os eventos sociais e com as pessoas, e também com os lugares) não mais depende apenas, ou mesmo principalmente, dos meios locais”. As relações para Giddens (1999, p. 137) passam agora ser mais fluidos e livres de determinismos geográficos. Hall (2001, p. 59) afirma



que “a maioria das nações consiste de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquistas violentas”. Hall segue afirmando que:

Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um *dispositivo discursivo* que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenciações internas, sendo “unificadas” apenas através do exercício de diferentes formas do poder cultural. Entretanto - como nas fantasias do eu “inteiro” de que fala a psicanálise lacaniana - as identidades nacionais continuam a ser representadas como *unificadas*. (HALL, 2001, p. 61-62).

Para Santos. B (2014, p. 434) “com efeito, ela revela e constitui-se de lutas sociais em torno da afirmação e do reconhecimento dos direitos e identidades dos diferentes grupos sociais”. O Estado não é homogêneo, mas sim é um espaço de luta constante entre grupo, em busca de alcançar a posição dominante. E com a globalização essa disputa se estende no âmbito internacional, permitindo a fragilização das fronteiras. Tornando todos os Estados suscetíveis a influência cultural externa. Mesmo os Estados Unidos sendo a maior potência do planeta, isso não impediu que outras nações conseguissem penetrar nos Estados Unidos com suas produções culturais. É o caso do Japão com as suas animações, a qual são reproduzidas por todo o mundo e exportam valores, símbolos e representações da cultura japonesa. Para Santos. B (2014, p.442) os mercados culturais travam diariamente uma guerra em busca de maior penetração nos mercados, por isso sempre tem que está se adaptando para que seus produtos sejam consumidos e assimilados pela população local.

Os indivíduos têm um papel importante nas transações internacionais, com a melhora da educação, desenvolvimento dos meios de comunicação e aumento do fluxo de pessoas entre Estados. A incapacidade dos Estados de controlar a informação vinda por diversos meios não é um prenúncio para o fim do Estado, mas serve para revelar um mundo multipolar, composto por várias coletividades a qual são capazes de interagir e mostrar realidades além daquelas estadocêntrica (Jackson; Sorensen, 2013, p. 153).

Frozen um dos mais recentes filmes da Disney de maior sucesso. Frozen ganhou 1,2 bilhão de dólares em bilheteria mundial, comprovando que pode se ganhar muito dinheiro trazendo uma visão contemporânea da mulher e atendendo as demandas atuais da sociedade.

Mill (1952a, p. 299, 302) defende que as pessoas tenham o direito de buscar a sua felicidade, desde que não interfira a liberdade do outro. Pois sem a diversidade de opiniões e de formas de viver, os indivíduos não serão capazes de desenvolver suas capacidades, muito menos alcançarão a felicidade.

A imposição de um costume constitui verdadeiro impedimento ao avanço da humanidade, opondo-se ao desejo de alcançar algo melhor que o costumeiro, o que é chamado de espírito de progresso e de espírito de liberdade (embora deva haver liberdade também para não avançar). (ALVES, 2011, p. 12).

A animação se difere das tradicionais da Disney, pelos menos das que tem protagonista feminino. O longa não é um filme de princesa a qual todos os problemas são resolvidos com “o beijo mágico do príncipe encantado”, O filme foca em todo momento na relação das duas irmãs, a qual Elsa tenta ao máximo se isolar para não machucar ninguém com seus poderes, e Anna, a irmã, que não sabe dos poderes de Elsa e tenta se aproximar da irmã mas não sabe porquê ela está distante. Anna é a típica princesa tradicional disney do século XX, doce, meiga, ingênua, aventureira e que se apaixona à primeira vista. Em contraste Elsa é frustrada, solitária, tem medo, mas é forte e não se apaixona à primeira vista. Elsa sofre por não conseguir controlar seus poderes, resultando em problemas e desastres a pessoas a sua volta. O filme acaba com a irmã, Anna conseguindo ajudar Elsa a controlar seus poderes e fazer ela voltar para casa.

Este contraste é uma representação da mudança na sociedade, ao contrário do que era defendido no passado, hoje há continuidade dos movimentos femininos, que antes eram considerados sufragistas (direito ao voto), com objetivo agora redefinir o seu papel na sociedade.

**Figura 7 - Anna e Elsa, Frozen (2013)**



Com a criação do cinema e televisão Morin (2002, p. 40) defende que as fronteiras culturais são abolidas, pois permite que grandes massas populacionais de diferentes classes e realidades se reunirem e consumirem um mesmo produto. É atualmente com a multiplicação das redes e da internet se tornou praticamente impossível o Estado controlar o que cada indivíduo consome (MATIAS, 2014, p. 167).

Quando uma produção cultural como Frozen ao arrecadar mais de 1 bilhão de dólares em bilheteria mundial. Isto comprova que mesmo com os Estados não gostando do conteúdo exibido na sua nação, a não exibição pode muitas vezes significar uma barreira no comércio internacional e participação no lucros (MATIAS, 2014, p. 166). Desta forma os Estados entram em um dilema, manter sua população livre de influências externas, ou permitir a entrada de conteúdo cultural que contribui para desconstruir a visão hegemônica predominante em troca de maior desenvolvimento econômico. Assim ao permitir que uma visão de mulher com mais igualdade em relação ao homem é exibida e apresenta grande receptividade de público, uma protagonista feminina que não segue os estereótipos e estigmas impostos pela classe dominante, as mulheres conseguem repensar e problematizar as relações de poder que determinam e demarcam lugares.

As feministas de acordo com Barro (2007):

As feministas do “ponto de vista feminino” se servem da desconstrução derridariana na articulação da “voz” dos silenciados e excluídos para construir uma versão de mundo articulado pelo feminino, “que chega até a apresentar uma forma alternativa de realismo” (idem). Essa perspectiva se dedica ao estudo das pessoas comuns, vivendo em lugares comuns, mas internacionalizados, como os campos de refugiados, numa tentativa de apontar a existência da política internacional mesmo nesses lugares, usualmente ignorados pelas análises mais tradicionais de Relações Internacionais, que, conforme visto concentram-se em alguns poucos atores internacionais de grande importância e visibilidade, como os Estados e as organizações internacionais.

Como foi discorrido a representação da mulher passou por diversas fases, partindo de uma serva esperando para a salvação de um príncipe encantado, indo até a uma rainha a qual não precisa de um homem para se impor e ser feliz. As animações através do cinema, TV ou principalmente pela internet passam significados e valores. Por isso ao procurar representar a mulher em uma situação de poder, isto pode ser

vista como uma forma de fomentar o debate e criar o questionamento onde as mulheres se encontrem em situação de inferioridade.

E com atuação das feministas do “ponto de vista feminino” tanto das pós-modernas e da sociedade civil (BARROS, 2007), isso tudo contribui para a criação da relação e informação das mulheres, a qual não se sentem identificadas com as práticas culturais e a forma como são tratadas no local em que estão estabelecidas.

## Capítulo 3

### Redes e controle cultural

#### **3.1 Novas formas de interagir no mundo globalizado**

Castelss (2013, p. 444) afirma que a sociedade tem se organizado de várias formas atualmente, com a criação da internet a interação entre diversos povos foi facilitada, desta forma permitindo o compartilhamento e acesso a diferentes valores e interpretação do mundo e de situações.

Castelss (2013, p. 444) comenta “os usuários da Internet ingressam em redes ou grupos *on-line* com base em interesses em comum, e valores, e já que têm interesses multidimensionais, também os terão afiliações *on-line*. Isto permite que minorias possam conhecer outras pessoas na mesma situação. Com a globalização se tornou impossível o Estado controlar o que cada indivíduo consome, o mesmo também se dá com quem ele se relaciona. Uma das novas formas de se relacionar são através das comunidades virtuais e redes sociais, a qual por meio de um “click” é possível ver a interação entre pessoas de diversas localidades, das mais diversas culturas. Essas comunidades e páginas sempre são separadas por temas específicos a qual o usuário estiver procurando, com isso ele pode se informar e encontrar pessoas com valores semelhantes aos seus, ou a conhecer valores opostos ao da sociedade que vive. Nessas comunidades essas pessoas conseguem encontrar apoio pessoal, afetivo e material. Com isso Castelss (2013, p. 444) visualiza com a Internet como uma ferramenta de especialização e solidariedade.

“Rede é especialmente apropriada para a geração de laços fracos múltiplos. Os laços fracos são úteis no fornecimento de informações e na abertura de novas oportunidades a baixo custo” argumenta Castelss (2013, p. 445). Desta forma a rede permite a expansão dos vínculos sociais, a interação não permanece só no ambiente virtual, mas também se estende ao espaço físico.

As redes segundo Castelss (2013, p. 446):

Transcendem a distância, a baixo custo, costumam ter natureza assíncrona, combinam a rápida disseminação da comunicação de massa com a penetração da comunicação pessoal, e permitem afiliações múltiplas em comunidades parciais. Ademais, não existem no isolamento de outras formas de sociabilidade. Reforçam a

tendência de “privatização da sociabilidade” - isto é, a reconstrução das redes sociais ao redor do indivíduo, o desenvolvimento de comunidades pessoais, tanto fisicamente quanto *on-line*.

A sociedade civil de acordo com Warren (2006) configura-se um campo composto por forças heterodoxias que estão sempre em disputa. A sociedade civil se organiza em vários níveis em prol de políticas sociais, manifestações e pressões políticas.

No primeiro nível é encontrado o *associativismo local*, como associações e movimentos comunitários, engajados em causas locais do cotidiano. Essas associações são a materialização dos interesses locais (WARREN, 2006).

Em um segundo nível é prevaletido as *formas de articulação inter-organizacionais*, dentre as relações é destacado de acordo com Warren (2006) “[...] as associações nacionais de ONG’s e as redes de redes, que buscam se relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil, representando organizações e movimentos do associativismo local”.

No último nível, se verifica as *mobilizações na esfera pública* como resultado da articulação das associações locais, ONG’s e redes de redes, a fim de promover visibilidade diante dos manifestantes e da própria sociedade em geral, visando promover a expressão e pressão política nos espaços públicos (WARREN, 2006). Como por exemplo a Parada do Orgulho Gay ou a Marcha das Vadias.

A Figura 8 ilustra os níveis de organização da sociedade civil.

**Figura 8 - Cenário atual da organização da sociedade civil**



Fonte: Ilse Scherer-Warren, 2005.

Desta forma os movimentos atuam como uma forma de pressão constante no Estado, visando a promoção de políticas públicas e ser uma forma de representação autônoma da sociedade civil (WARREN, 2006). Para Warren (2006) “as redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais - dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações[...]” Aumentando a diversidade do diálogo.

A criação e o crescimento de organizações não governamentais, pode-se ser associado com o período de expansão da globalização. A aparição de problemas transnacionais tanto de caráter ambiental e humanitário seriam um motivo para materialização das ONG's. Sendo uma ferramenta da sociedade civil para combater esses problemas tanto no território nacional, ou se aliando com outras ONG's para ajudar a solucionar um problema em outra região, fora do território nacional. Essas atitudes reforçam a interdependência entres os povos e a criação de uma sociedade civil transnacional (MATIAS, 2014, p. 449).

Para Matias (2014, p. 449) “o aumento da facilidade com que a informação e as pessoas passaram a circular tornou o funcionamento das ONG's transnacionais e das alianças entre ONG's mais simples e mais barato”. Desta forma o

desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e transporte, permitiram que pessoas de diversos países se unissem para lutar por objetivos em comuns. Com isso intensificando a criação de ONG's e das redes (MATIAS, 2014, p. 449).

Pode-se ser compreendido como uma consequência da atuação das ONG's, é a criação de valores de caráter "universal" - valores a qual tem sido defendidos pela sociedade civil transnacional, mas assimilados pela conhecida "comunidade internacional" (MATIAS, 2014, p. 450). Desta forma os interesses de algumas ONGs não estariam restritos a só uma população, mas também pode ser de interesse de toda a humanidade.

Além disso, para Matias (2014, p. 452) "as ONGs têm grande influência sobre a opinião pública mundial, o que lhes possibilita exercer uma pressão política capaz de afetar o comportamento dos demais atores do cenário global". Desta forma a capacidade das ONGs de conseguirem ter uma legitimidade da opinião pública, alinhada com as suas redes, podem causar pressão em diversos atores, fazendo com que eles se sintam compelidos a mudarem de posição.

Em um mundo em que os Estados ainda são os principais atores, não significa que as ONGs não tenham nenhuma importância. As ONGs têm sido muito importantes para coordenar ações e alertar para possíveis problemas (MATIAS, 2014, p. 450). De acordo com Jackson e Sorensen (2013, p. 153) isso serve para mostrar a multipolaridade do mundo, permitindo uma visão mais ampla de cenários, visto que os Estados não são os únicos atores das relações internacionais, possibilitando o enriquecimento do debate de diversos temas.

### ***3.2 Liberdade de consumo cultural. Censura como arma do controle do Estado.***

A representação dos grupos LGBT nos desenhos animados no mundo ocidental raramente era permitida se comparamos com tempos atuais. A discriminação, perseguição e violência impediam que a situação fosse debatida na sociedade. Até 1990 toda e qualquer representação de grupos LGBT em animações ficava no pensamento do indivíduo. Nunca tendo um objetivo claro de debater o tema ou afirmar a existência desse grupo. Segundo Mizutani (2012, p 138 apud TAYLOR, 1994. p 36) "A recusa ao reconhecimento pode infringir danos àqueles a quem se nega, e a projeção de uma imagem inferiorizada ou humilhante sobre o outro pode até



mesmo causar distorção e opressão, na extensão da imagem internalizada.” e ainda seguindo Mizutani (2012, p. 138 apud ALVES, 2010 p. 10) “Além disso, deixar de reconhecer as diferenças e especificidades é “não só negar os direitos a cidadania, mas negar-lhes a própria condição humana.”.” Por isso mesmo que se possa supor representações da minoria LGBT em animações como “Pica-Pau” ou no “Pernalonga”, onde era comum o protagonista se travestir<sup>6</sup> do sexo oposto, a realidade é que essas animações não havia a afirmação ou atitudes que corrobora-se o contrário.

**Figura 9 - Pica-Pau travestido de mulher**



O construtivismo aborda sobre a construção social da realidade. Para Jackson e Sorensen ( 2013, p. 235) “as relações humanas, incluindo as relações internacionais, consistem em pensamento e ideias, e não essencialmente em condições ou forças materiais.” Desta forma que a ausência do debate ou a recriminação de quem levanta ele, significa uma forma de manter o *status quo* intacto. Para os construtivistas, as ideias sempre importam. O mundo material é impreciso e analisado por um contexto de significados de maiores dimensões (Jackson; Sorensen, 2013, p. 237).

*First, social structures are defined, in part, by shared understandings, expectations, or knowledge. These constitute the actors in a situation and the nature of their relationships, whether cooperative or conflictual. A security dilemma, for example, is a social structure composed of intersubjective understandings in which states are so distrustful that they make worst-case assumptions about each others' intentions, and as a result define their interests in self-help terms. A security*

---

<sup>6</sup> Transformar ou transformar-se de maneira a adotar o vestuário, os hábitos sociais e comportamentos usuais do sexo oposto.

*community is a different social structure, one composed of shared knowledge in which states trust one another to resolve disputes without war. This dependence of social structure on ideas is the sense in which constructivism has an idealist (or "idea-ist") view of structure. What makes these ideas (and thus structure) "social," however, is their intersubjective quality. In other words, sociality (in contrast to "materiality," in the sense of brute physical capabilities), is about shared knowledge. (WENDT, 1999, p. 73).*

O que se discute não é se as ideias são mais poderosas que o poder materializado e interesse, mas sim tanto o poder quanto o interesse têm os efeitos apresentado entorno das ideias a qual se constrói em torno destes temas (Jackson; Sorensen, 2013, p. 237). Por isso tanto a violência contra pessoas LGBT e a falta de amparo social, eram um produto da ideia do quão inaceitável era a inversão dos papéis de gênero e relacionamento entre pessoas do mesmo sexo. Desta forma as estruturas sociais trabalharam para coibir e proibir as práticas dos grupos LGBT.

Parra Matias (2014, p. 514) da mesma forma que a educação e a propaganda servem para construir o sentimento de nação, “para que haja uma efetiva integração da humanidade é necessário que as pessoas adquiram maior consciência de que fazem parte de um sistema social único”. Desta forma, para que se haja maior respeito a comunidade LGBT as pessoas têm que estar conscientes das realidades uma das outras.

As primeiras produções que buscou representar os grupos LGBT não vieram do ocidente, mas sim do oriente, especificamente das animações japonesas. Mesmo sendo uma cultura predominantemente machista, grupos LGBT tem sido mais bem e constantemente representado na cultura japonesa. Isso porque, segundo Sato (2007, p. 199), “o padrão de beleza tradicional japonês é um só”, fazendo com que “um homem tido por belo não seja tão diferente de uma mulher”. Enquanto no Ocidente a pintura de rosto cabe apenas à mulher, no Japão ambos os sexos costumavam maquiar-se com *doran*, uma espécie de base branca e *kuchibeni* (literalmente “vermelho para a boca”) vestindo exuberantes quimonos e distinguindo-se tão somente pelo corte de cabelo.

A popularização dos chamados “animes”<sup>7</sup>, ocorreu entre o final de 1980 e o início de 1990. O principal responsável foi a Cartoon Network<sup>8</sup>, pois em 1997 ela aderiu a sua programação exibição regular de desenhos japoneses num bloco especial chamado de *Toonami*. A forma de desenhar, de contar a história, de representar os personagens e a violência chamaram muita atenção do espectador, que nunca tinha se deparado com uma coisa parecida antes.

Uma das animações passadas na programação da Cartoon Network era *Sailor Moon*. O desenho é a história de *Serena Tsukino*, uma garota normal e inocente de 14 anos — pelo menos, é isso que ela pensa — que um dia encontra *Luna*, uma gata falante que revela a identidade de Usagi como “*Sailor Moon*”, uma guerreira mágica destinada a salvar a terra das forças do mal. Luna, então, dá a ela tarefas, como a de encontrar a *Princesa da Lua* e a de proteger a terra de diversos antagonistas. Na animação encontramos diversas representação do público LGBT, a começar pelas *Michiru Kaiou* e *Haruka Tennou*. São duas mulheres, amigas da protagonista e guerreiras mágicas assim como *Serena*. *Michiru* e *Haruka* são um casal, ambas apresentam personalidades bem distintas. Enquanto *Michiru* é inteligente, bonita, elegante, muito feminina, culta e bem-educada, ela é para os outros, uma mulher perfeita. Ela toca violino e pinta quadros, tendo inclusive um chamado “Espaço” em um museu. *Haruka* é uma esportista nata. Aficcionada principalmente por carros esporte e corridas, seu espírito é o de competição, bem mulherenga, ela chega a paquerar uma enfermeira, mesmo que doente. *Haruka* gosta de usar roupas masculinas, o que fez até a protagonista *Serena* se apaixonar por *Haruka* achando que ela era homem. A demonstração de afeto entre as duas, *Michiru* e *Haruka*, é bem explícita, seguindo os padrões japoneses, o romance delas ao contrário de outras animações citadas não fica somente no imaginário do espectador. Em diversas vezes ambas chegam a falar que amam uma à outra.

---

<sup>7</sup> Se refere a animação que é produzida por estúdios do Japão. A palavra é a pronúncia abreviada de “animação” em japonês, onde esse termo se refere a qualquer animação.

<sup>8</sup> É um canal norte-americano de televisão por assinatura de rede de propriedade da Turner Broadcasting System, que vai ao ar principalmente com programação animada.

**Figura 10 - Michiru Kaiou e Haruka Tennou**



A representação em *Sailor Moon* do grupo LGBT é tão rica que não se resume ao casal lésbico *Michiru Kaiou* e *Haruka Tennou*. A outra representação compõem as *Sailor Starlights*. O trio de sailors é formado por guerreiras — apenas mulheres podem ser sailors — mas que se transformam em homens quando chegam à Terra em busca da Princesa Kakyuu. Quando Seiya, Taiki e Yaten usam seus poderes para se transformar é possível ver seus corpos masculinos se transformando em femininos, o que se tornou em uma espécie de símbolo para as pessoas transsexuais. Embora as personagens não sejam, de fato, transsexuais, é impossível não enxergar o paralelo com essa comunidade, principalmente quando Usagi e companhia descobrem que os garotos por quem elas tinham uma queda eram, na realidade, mulheres.

**Figura 11 - Sailor Starlights**



Um diferencial das animações japonesas é por ser o padrão de beleza o mesmo para o homem quanto para a mulher, isso dá a impressão para o espectador que não há fatores físicos ou de vestimenta na delimitação dos papéis de gênero. Pode se dizer que com a representação do grupo LGBT em animações japonesas e a

reprodução desses animes no ocidente, abriu-se a oportunidade de animações representando grupos LGBT serem produzidas no Próprio Ocidente. Mesmo com a censura que muitas vezes era aplicada nos animes, não se conseguiu fazer que o grupo LGBT não fosse representado. Com isso muitas pessoas acabaram dando visibilidade a questão LGBT, permitindo com que essas práticas já não fossem algo impossível ou inacreditável.

O acesso a outras perspectivas para Santos (2014, p. 543) “[...] seja ela hegemônica ou contra-hegemônica, reforça, paradoxalmente, na impossibilidade do *mesmo*, o *sentido* da identidade”. Desta forma são acentuadas as diferenças e a identificação com o grupo local. No âmbito de gênero os conflitos são acentuados e a busca por maiores direitos civis e proteção a violência contra grupos minoritários de gênero. A globalização como fenômeno permite um maior destaque e propagação de identidades marginalizadas, a qual às vezes possibilita a propagação de valores contra-hegemônicos tornando-os hegemônicos.

*Sailor Moon* foi exibido em diversas regiões do mundo, como em países como México, Brasil e Rússia. Todos eles têm culturas diferentes, e estão bem distantes um do outro geograficamente. A primeira exibição do anime no Brasil se deu em 1996 pela Rede Manchete, canal de rede aberta. A emissora brasileira dublou o anime como base o trabalho feito da versão mexicana. A versão mexicana cedida a Rede Manchete não apresentava cortes ou censuras, e assim se manteve na versão brasileira exibida em rede nacional. Desta forma os relacionamentos homoafetivos, a questão implícita da transexualidade e de se travestir foram exibidas normalmente. A versão russa, no entanto, apresentou diversos cortes e censuras. O romance lésbico entre *Michiru Kaiou* e *Haruka Tennou* foi censurado, Haruka que é uma mulher, na versão russa foi dublada por um homem e na dublagem referia a si mesmo com pronomes masculinos, assim como as *Sailor Starlights*, que mesmo quando transformadas as vozes se mantiam masculinas e continuavam a se referirem como homens, ao que na versão original japonesa quando se transformam suas vozes ficam feminina, este detalhe foi mantido tanto na versão mexicana quanto na brasileira.

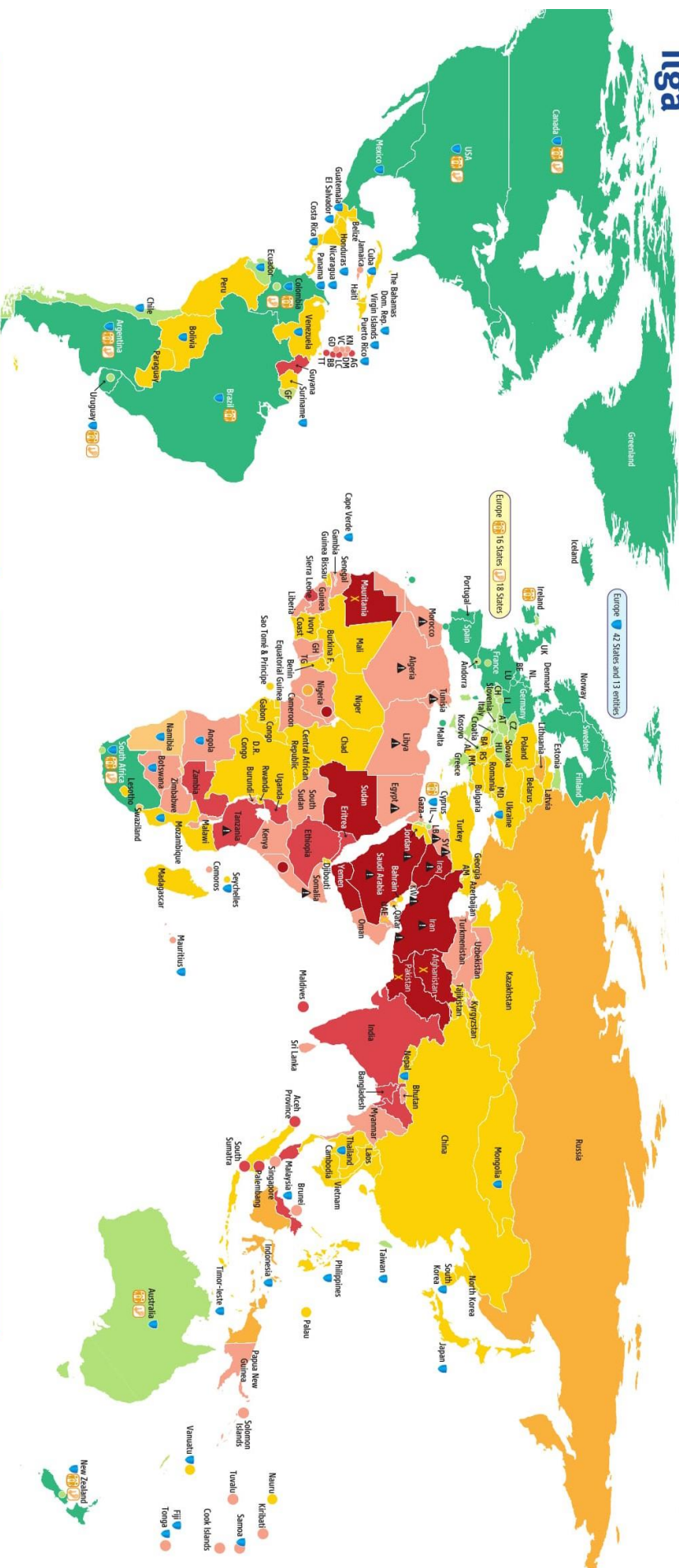
**Figura 12 - Maps - Sexual orientation Laws**



# SEXUAL ORIENTATION LAWS IN THE WORLD - OVERVIEW

MAY 2017  
I L G A . O R G

ILGA, THE INTERNATIONAL LESBIAN, GAY, BISEXUAL, TRANS AND INTERSEX ASSOCIATION



## CRIMINALISATION

72 STATES

Implemented in 8 States (or parts of)

not implemented in 5 States

Religious-based laws alongside the civil code: 19 States

14 Y - life (prison)

Up to 14 Y

Promotion laws

No penalising law

## PROTECTION

85 States

Many States run concurrent protections

Constitution

Employment

Various

Hate crime

Incitement to hate

Ban on 'conversion therapy'

9 States

72 States

63 States

43 States

## RECOGNITION

47 States

A small number of States provide for marriage and partnership concurrently

Marriage

24 States

Partnership

28 States

Joint adoption

26 States

2nd parent adoption

27 States

The data represented in these maps are based on *State-Sponsored Homophobia: a World Survey of Sexual Orientation Laws: Criminalisation, Protection and Recognition*, an ILGA report by Aengus Carol and Lucas Ramon Mendoça. The report and these maps are available in the six official UN languages: English, Chinese, Arabic, French, Russian and Spanish on [ilga.org](http://ilga.org). The edition of the world map (May 2017) was coordinated by Aengus Carol and Lucas Ramon Mendoça (ILGA), and designed by Edoardo Firoki ([eduardo.firoki@gmail.com](mailto:eduardo.firoki@gmail.com)).



O mapa acima exibe em quais Estados a comunidade LGBT tem mais liberdade e direitos. Além disso também mostra os Estados nos quais onde representa ser um risco de vida se declarar de outro gênero, com prisão ou pena de morte em alguns Estados. O mapa não analisa a população, mas sim as políticas de reconhecimento da comunidade LGBT, como direito a casamento, direito a adoção, proteção legal e outras formas para prevenir e proteger da discriminação.

No mapa vemos que o Brasil e o México tem legislação de proteção e reconhecimento de direitos a pessoas da comunidade LGBT, enquanto na Rússia a existência de ‘Promotion’ laws onde no Estado a propaganda para desestimular pessoas a se reconhecerem homossexuais ou para quererem se ‘curarem’ da homossexualidade. Como foi comentado anteriormente a Rússia em sua exibição de Sailor Moon censurou fortemente as partes de relacionamento LGBT. Segundo Gramsci, (1998, p. 95) a hegemonia da classe dominante sobre a dominada, se dá na capacidade da “maioria” em criar e impor uma visão de mundo universal, manipulando as aspirações e necessidade dos grupos subjugados. Nesse caso a manipulação se dá pela censura, impossibilitando que a população reconheça pessoas da comunidade LGBT, impedindo a criação de sentimentos de empatia e de o reconhecimento da realidade dessas pessoas. Mesmo que com a globalização pessoas tenham mais acesso à informação e capacidade de consumir conteúdo diversificado, possibilitando o desenvolvimento da sua própria individualidade, o reconhecimento da diversidade e proteção dela só é possível quando o espaço político dominado pela classe dominante, que controla o Estado pela uso legítimo da violência e o discurso moral prevalecente enfraquecem ou perdem legitimidade. No Estado russo, dominado pelo presidente Vladimir Putin, a qual defende as políticas de Promotion laws, a batalha de pessoas da comunidade LGBT, pelo o reconhecimento de seus direitos, tem sido uma batalha árdua. Putin é muito bem avaliado pela maior parcela da população russa, com isso a legitimidade que Putin carrega da maior parcela da população, fato que foi confirmado nas eleições<sup>9</sup>. Reafirmando quando o discurso dominante tem legitimidade da maior parcela da população, fica muito difícil que haja uma mudança das estruturas. Quando quem está no poder perde a legitimidade de governar, há nesta hora a possibilidade de revisão dos discursos e

---

<sup>9</sup> Putin registrou mais de 76,67% dos votos nas eleições de 2018, de acordo com a Comissão Eleitoral Central. Ele teve mais de 56 milhões de votos, número que supera seu recorde de 2004.

possivelmente mudança nas estruturas e da própria visão difundida sobre a realidade social, política, econômica e cultural.

*[...]The case that identities are always in process, always contested, always an accomplishment of practice. Sometimes their reproduction is relatively unproblematic because contestation is low, in which case taking them as given may be analytically useful. [...] States may be very committed to egoistic identities, and the cultures that constitute them may be quite resilient, but this does not change the fact that they are continuously in process[...]* (WENDT, 1999, p.340).

A exibição de desenhos animados japoneses, a qual apresentava personagens que representavam o grupo LGBT permitiu com que o tema não fosse mais tabu em diversas localidades do mundo, permitindo reconhecer a realidade desta minoria. Em 2017 a Disney exibiu o primeiro beijo gay no seu desenho *Star vs. as Forças do Mal*. Contudo, apesar disso os personagens que se beijaram não eram personagens recorrentes da animação ou tinham alguma participação importante durante a série. Isso mostra que mesmo com a atitude de animar e exibir um beijo gay, no ocidente ainda encontra muita resistência em representar personagens que sejam da comunidade LGBT. A representação não deve só ser um beijo com três segundos de tela, a representação deve buscar quebrar os paradigmas morais. Assim como analisado no caso Sailor Moon, representações fidedignas e claras sobre a realidade do outro permite que se haja um debate para desconstruir certas realidades e preconceitos. Preconceitos enraizados na sociedade, que quando combatidos desde a infância se torna mais fácil de não serem reproduzidos. Com base em Rios (2014, p. 16-17), a criança aprende muitas vezes com os desenhos animados valores a qual não lhe foram ensinadas pela família ou na escola. Esses valores são muitas vezes aderidos pela criança e reproduzidos.

Somente através de uma liderança e a criação de uma nova cultura que se combate os valores morais dominantes, defendia Gramsci (1988, p. 110). Os grupos minoritários de gênero são igualmente capazes de se organizar, e quando se relacionam em redes, seu poder de atuação se amplia, permitindo uma maior integração e suporte na luta por direitos.

Contudo o que foi abordado até agora, mesmo com perda do controle dos Estados sobre suas fronteiras, ou com o avanço tecnológico a qual permitiu que pessoas de diversas partes do mundo relacionassem uma com as outras, permitindo



assim um acesso a outras realidades. A criação de “valores universais” ainda é um desafio. Para Matias (2014, p. 516) mesmo que a humanidade esteja presenciando o aparecimento de valores universais, a realidade é que ainda há muitas adversidades para uma assimilação real e concreta desses valores. Pois não há forma de organização centralizada e democráticas para conferir o interesse coletivo, desta forma não sendo possível afirmar a existência de tais interesses.

Encontrar a melhor forma de se resolver qual seria o bem comum é um dos grandes desafios de toda a comunidade. Se a vontade geral for determinada por uma maioria de atores agindo em nome próprio, ela pode equivaler a um predomínio dos interesses egoístas dessa maioria, e não à verdade bem comum. A melhor maneira até hoje encontrada de se identificar a vontade geral é por meio de instituições representativas, compostas de atores que se vêem realmente na missão de identificar o bem comum, e não na de defender seus interesses particulares. Assim, se um dia uma comunidade global viesse a existir, é possível que só uma instituição que se assemelhasse a um “parlamento mundial”, com caráter supranacional, formado por representantes independentes de seus Estados de origem, fosse adequada para identificar qual seria a vontade geral dessa comunidade. (MATIAS, 2014, p. 516).

Para Matias (2014, p. 516-517) “é possível que, sob o disfarce da vontade geral da comunidade internacional, possa esconde-se o interesse de um determinado grupo de Estados”. Desta forma mesmo que haja a consolidação de valores internacionais, os Estados são instrumentos para atender as demandas da população nacional (MATIAS, 2014, p. 517).

Tendo consciência disso, permitir que uns pequenos grupos de Estados ditem os valores da comunidade internacional é da poder a um grupo que pode procurar apenas defender os seus interesses (MATIAS, 2014, p. 517).

## Conclusão

O Estado desde o final do século XX tem perdido o posto de o único ou o mais importantes ator das relações internacionais. A revolução tecnologia na área da informação e comunicação que a internet trouxe permitiu que conteúdos fossem compartilhados sem que o Estado pudesse controlar todo esse fluxo, possibilitando uma maior interação entre culturas diferentes e contato com valores não hegemônicos.

O contato com valores culturais diferentes, nesse caso o objeto escolhido os desenhos animados, permite que os espectadores aprendam novas formas de interagir e interpretar uma realidade. Como todo contato de valores diferentes, isso gera tanto movimentos de oposição a esses valores como de aceitação, despertando assim o início de novas discussões e a busca pelo domínio do discurso. A estrutura dominante irá fazer de tudo para reprimir e combater a influência externa, mas a garantia da permanência no poder dependerá de como ele usa as estruturas do Estado para permanecer dominando e principalmente o quanto o discurso dominante está legitimado pela sociedade.

A luta das mulheres e grupos minoritários de gênero não deve permanecer somente no campo ideológico e dos simbolismos culturais, para redefinir as estruturas de poder é necessário também acender nas estruturas do Estado, visto esse como o dono do uso legítimo da força, e minorias como essas, ocupando um Estado repressor precisam procurar tomar posições no Estado para defender e garantir seus direitos. Desta forma os desenhos animados são um interessante meio para alimentar o imaginário e a subjetividade, despertando pensamentos e reflexões diferentes ao do Estado original. Entretanto, para que o levante desses grupos minoritários seja bem sucedido é necessário não só combater no campo das ideias, mas que essa luta no campo das ideias esteja único com uma ação coordenada para tomada e redefinição de estruturas opressoras do Estado.

## Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Gestão ou gestão pública da cultura: algumas reflexões sobre o papel do Estado na produção cultural contemporânea. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). Políticas culturais no Brasil. Salvador. 2007.

ALVES, José. *Histórias em quadrinhos e educação infantil*, Departamento de Psicologia Experimental da Universidade Federal do Pará. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932001000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000300002)> Acesso: em 15 de junho de 2017

Alves, Augusto. *A arquitetura internacional dos direitos humanos*, p. 120-121, In TRINDADE, Antonio Augusto Cançado, *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*, 14. ed. 2013.

BARROS, Mariana. Contribuições Feministas para as Relações Internacionais. 2007. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/13784542-Contribuicoes-feministas-para-as-relacoes-internacionais.html>>. Acesso em: 19/04/2018.

BLUMER, Herbert. *The Methodological position of symbolic interactionism*. 1969

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 1989.

BUSCH, Anita. International Box Office UPDATED: 'Frozen' Crosses \$800M Worldwide; 'I, Frankenstein' Strong In Russia; Battle Underway In China For No. 1, 2014. Disponível em: <<http://deadline.com/2014/01/international-box-office-frozen-crosses-800m-worldwide-i-frankenstein-opens-671529/>>. Acesso em: 03/01/2017

CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. São Paulo. 14. ed. 1999.

CINDERELA. Direção: Clyde Geronimi, Hamilton Luske e Wilfred Jackson. Produção: Walt Disney. Walt Disney Pictures, 1950, 72 min.

CRISTINA, Tânia; CLAUDIA, Ana. *A Importância dos Desenhos Animados como Representação Ideológica: Formação da Identidade Infantil*. Disponível em: <<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/iccesumar/article/view/664/758>> Acesso em 28 de maio de 2017

DIAS, Cleuza Sobral; ESPERANÇA, Joice Araújo. *Meninos versus meninas: representações de gênero em desenhos animados e seriados televisivos sob olhares infantis*. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/2366/1430>> Acesso em: 25 de junho de 2017

ELÍAS, Cristina Amich. *Desenhos Animados e Estereótipos de Gênero*. 2015. Disponível em: <<http://paradoxzero.com/zero/redor/wp-content/uploads/2015/02/Texto-06.pdf>> .Acesso: em 25 de junho de 2017

FISCHER, Ersnt. *A Necessidade da Arte*. 9. ed. Guanabara. 2002.

FREIRE, João. *Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias*, 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3333>> Acesso em : 14 maio de 2017

FROZEN, Direção: Chris Buck e Jennifer Lee. Produção: Peter Del Vecho: Walt Disney Animation Studios, 2013, 102 min.

GRAMSCI, Antonio. Estado e Teoria Política. In: CARNOY, Mendes. Campinas. 2. ed. 1998.

HALL, Stuart. *Em direção ao pós-moderno global*. A identidade cultural da pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

ICOMOS. Conferência Internacional de Monumentos e Sítios. 1985. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

ILGA, *Maps - Sexual orientation Laws*. 2017. Disponível em: <<https://ilga.org/what-we-do/maps-sexual-orientation-laws/>>. Acesso em: 8 de abril de 2018.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais: teorias e abordagens*. Rio de Janeiro. 2. ed. 2013.

JARDIM PINTO, Céli Regina. Feminismo, história e poder. 1. ed. Curitiba: Revista de Sociologia e Política, 2010. 5 p. v. 18. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782010000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200003)>. Acesso em: 22 março. 2018.

Lucena Junior, Alberto. *Arte da animação: técnica e estética através da história*. São Paulo. 2002.

LAPONDE, Luciana. *Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminino*. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000200002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000200002&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

LARAIA, Roque. *Cultura*. Rio de Janeiro. 13. ed. 2000.

LASMAR, Jorge. *O fluxo de arte e as relações internacionais: narrativa, circulação e identidade nacional*. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronreira/article/view/4914/5063>> Acesso: em 15 de junho de 2017

MAGALHÃES, José Carlos de. *O Controle pelo Estado da Atividade Internacional das Empresas privadas*. In: BAPTISTA, Luiz Olavo; HUCK, Hermes Marcelo; CASELLA, Paulo Borba (coord.). *Direito e comércio internacional: tendências e perspectivas: Estudos em homenagem ao Prof. Irineu Strenger*. São Paulo: LTr, 1994, p. 29.

MATIAS, Eduardo. *A Humanidade e suas Fronteiras: do Estado Soberano à Sociedade Global*. São Paulo. 1. ed. 2010.

MILL, Stuart. *Sobre a Liberdade: Indivíduo e Sociedade em Stuart Mill*. In ALVES. Rodrigo. 2011. Disponível em: <[http://www.portalcatalao.com/painel\\_clientes/cesuc/painel/arquivos/upload/temp/fdcff07f7fa5a0563a24cb83e40a3f5d.pdf](http://www.portalcatalao.com/painel_clientes/cesuc/painel/arquivos/upload/temp/fdcff07f7fa5a0563a24cb83e40a3f5d.pdf)>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

MORIN, Edgar. *O Grande Público: Cultura de Massas no Século XX O Espírito do Tempo 1- Neurose*. Rio de Janeiro 9ª edição, 2002

MULAN, Direção: Tony Bancroft e Barry Cook. Produção: Pam Coast: Walt Disney Animation Studios, 1998, 90 min.

NOVAIS, João. *A arte na aproximação das relações internacionais*. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.uesc.br/index.php/calea/article/view/1252/1050>> Acesso: em 15 de junho de 2017

PERET, Eduardo. *Percepções da Sexualidade: Anime e Mangá*. 2009. Disponível em: <[http://www.elo.uerj.br/pdfs/ELO\\_Ed4\\_Artigo\\_animemanga.pdf](http://www.elo.uerj.br/pdfs/ELO_Ed4_Artigo_animemanga.pdf)> Acesso: em 15 de junho de 2017

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 14. ed. São Paulo, 2013.

RIOS, Nayara. *A influência da sociedade multimidiática no comportamento infantil*. Disponível em: <[http://faa.edu.br/revistas/docs/saber\\_digital/2014/Saber\\_Digital\\_2014\\_02.pdf](http://faa.edu.br/revistas/docs/saber_digital/2014/Saber_Digital_2014_02.pdf)> Acesso em 1 de junho de 2017

ROCARD, Michel. *O que É a Comunidade Internacional?*. Disponível em: <<https://www.project-syndicate.org/commentary/defining-the-international-community-s-role-and-responsibility-by-michel-rocard/portuguese?barrier=accessreg>>. Acesso em: 10 janeiro de 2013.

SATO, Eiiti. *O papel estabilizador dos países periféricos na ordem internacional: percepções e perspectivas*. 1997. Tese (Doutorado) - Departamento de Sociologia,

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1997.

SAILOR, Moon. Direção: Jun'ichi Satō. Produção: Iriya Azuma: Toei Animation, 1992-1993.

SANTOS, Boaventura, *A Globalização e as Ciências Sociais*. 4. ed. São Paulo, 2011.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 170.

SANTOS, Milton. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 28, 2000.

SOUZA, Davi. *Superman: Personagem da literatura juvenil ou símbolo cultural da sociedade norte-americana? A utilização das histórias em quadrinhos como fonte de pesquisa histórica*. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <<http://www.guiadosquadrinhos.com/monografia/superman-personagem-da-literatura-juvenil-ou-simbolo-cultural-da-sociedade-norte-americana-a-util-2013/102>>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

STORINO, André Luiz Bernardo. *Gênero, Beleza e Desenhos animados: Pensando as Representações*. Disponível em: <[http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/6/1466521693\\_ARQUIVO\\_GENEROBELEZAEDENHOSANIMADOSPENSANDOASREPRESENTACOESAndreStorino.pdf](http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/6/1466521693_ARQUIVO_GENEROBELEZAEDENHOSANIMADOSPENSANDOASREPRESENTACOESAndreStorino.pdf)> Acesso em 25 junho de 2017

TICKNER, J. *Gendering World Politics*. 2001.

TICKNER, J. *A critique of Morgenthau's principles of political realism*. 2005. Disponível em: <<https://griffith.rl.talis.com/items/D342EDD7-1CF2-E8F4-5C22-4A1CE77EFC10.html>>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

TRANSFORMES..., *Transformers and Jennifer's Body : Megan Fox and the Male Gaze* 2013, Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/315851625/Male-Gaze-pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2018

THOMAS, Frank. Johnston, Ollie, *The Illusion of Life*: Disney Animation, New York, 1995, p. 23-31

G1. *Vladimir Putin é reeleito presidente da Rússia e terá mandato até 2024*. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/vladimir-putin-e-reeleito-presidente-da-russia.ghtml>> Acesso em: 08 de abril de 2018.

WARREN, Ilse. *Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais*. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922006000100007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922006000100007&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em 18 de abril de 2018.

WEBER, Max. O Conceito de Estado em Max Weber. In BIANCHI, Alvaro. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n92/a04n92.pdf>>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

WENDT, Alexander. Social Theory of International Politics. 14. ed. 2010.